

UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

Senhores Acionistas:

A Administração da Uptick Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de Vossas Senhorias os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o Parecer dos Auditores Independentes.

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada em conjunto, a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

Auditores Independentes - Instrução CVM nº 381/2003:

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Uptick Participações S.A., contratou a BDO Trevisan Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual não se prestou nenhum outro serviço não relacionado a essa auditoria.

Agradecemos todo o apoio recebido.

A Administração

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido (controladora)

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 6 - Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

Tel.: +55 (21) 3534-7500
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Uptick Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Uptick Participações S.A. (Controladora e Consolidado), em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (Controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a auditoria das demonstrações contábeis da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande no Norte S.A. – COSERN dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, utilizadas para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nosso relatório, no que se refere aos valores dessa controlada em conjunto, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer dos outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Uptick Participações S.A. (Controladora e Consolidado) em 31 de dezembro de 2008 os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (Controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Uptick Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer datado de 7 de março de 2008, sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2009.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'L. C. de Carvalho'.

Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

QUADRO 1**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
ATIVO					
CIRCULANTE					
Disponibilidades e aplicações financeiras	6	5.010	756	7.195	4.524
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7			11.563	11.052
Títulos a receber	8			1.733	1.843
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9			(2.224)	(2.531)
Ativos regulatórios	10			4.404	3.561
Serviços em curso				177	455
Títulos e valores mobiliários	11			153	88
Tributos e contribuições sociais	12	547	431	1.684	3.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			686	788
Benefício fiscal - ágio incorporação controladora	14			520	542
Estoque	15			98	100
Despesas pagas antecipadamente				37	81
Dividendos a receber		4.013	4.265		
Juros sobre o capital próprio a receber		396	371		
Outros créditos	16	12	12	1.382	916
		<u>9.978</u>	<u>5.835</u>	<u>27.408</u>	<u>24.832</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7			915	863
Títulos a receber	8			12.999	12.155
Ativos regulatórios	10			3.380	5.792
Tributos e contribuições sociais	12	2.245	2.012	2.908	2.715
Títulos e valores mobiliários	11			1.092	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			678	747
Benefício fiscal - ágio incorporação controladora	14			7.061	7.581
Depósitos judiciais				86	86
Bens e direitos destinados a alienação				1	1
Despesas pagas antecipadamente					78
Outros créditos	16			29	26
		<u>2.245</u>	<u>2.012</u>	<u>29.149</u>	<u>30.496</u>
INVESTIMENTOS					
. Participação na COSERN	18	32.101	29.853		
. Ágio		19.601	20.610	19.601	20.610
. Outros Investimentos				60	60
		<u>51.702</u>	<u>50.463</u>	<u>19.661</u>	<u>20.670</u>
IMOBILIZADO					
Imobilizado - líquido	17			26.201	22.214
				<u>26.201</u>	<u>22.214</u>
INTANGÍVEL					
Intangível - líquido	19			2.394	1.347
				<u>2.394</u>	<u>1.347</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>63.925</u>	<u>58.310</u>	<u>104.813</u>	<u>99.559</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 1 (página 2)**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	21			3.614	3.192
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	22			2.732	2.178
Debêntures e encargos	23			89	294
Passivos regulatórios	10			1.907	1.333
Folha de pagamento				57	55
Tributos e contribuições sociais	12	44	41	1.980	1.605
Tributos e contribuições diferidas	13			1.057	941
Taxas regulamentares	24			1.491	1.575
Dividendos e juros sobre capital próprio		8.638	6.363	10.485	6.930
Obrigações estimadas	25			584	2.998
Provisão para contingências	26			371	123
Adiantamentos recebidos				175	135
Consumidores devolução baixa renda				16	16
Outras contas a pagar	27	12	12	774	513
		<u>8.694</u>	<u>6.416</u>	<u>25.332</u>	<u>21.888</u>
NÃO CIRCULANTE					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos e financiamentos	22			12.401	11.777
Debêntures	23			9.439	10.237
Passivos regulatórios	10			239	654
Tributos e contribuições sociais	12			86	86
Tributos e contribuições diferidas	13			837	1.662
Obrigações estimadas	25			83	
Provisões para contingências	26			1.113	1.305
Outras contas a pagar	27			52	56
				<u>24.250</u>	<u>25.777</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		49.646	49.646	49.646	49.646
Reserva de lucros		5.585	2.248	5.585	2.248
		<u>55.231</u>	<u>51.894</u>	<u>55.231</u>	<u>51.894</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>63.925</u>	<u>58.310</u>	<u>104.813</u>	<u>99.559</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007 (reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	29		32.037	26.100
Energia Elétrica de Curto Prazo -CCEE	29		1.737	1.111
Disponibilização do sistema de distribuição	29		33.553	35.990
Subvenção à tarifa social baixa renda	10 e 29		2.133	1.933
Receita (reversão) de recomposição tarifária do racionamento	29		(2.020)	(1.848)
Reversão da energia livre racionamento	29		(420)	111
Receita (reversão) reposicionamento tarifário	29		(103)	(96)
Luz para Todos			(89)	
Parcela de ajuste (transmissoras)	29		297	(297)
Outras receitas operacionais	29		685	527
			<u>67.810</u>	<u>63.531</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS			(12.200)	(10.423)
PIS			(1.220)	(1.112)
COFINS			(5.214)	(4.791)
ISS			(25)	(23)
Quota para reserva global de reversão - RGR			(91)	(690)
Encargos - CBEE			-	-
Encargos do consumidor - PRONFA			(24)	(50)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC			(1.816)	(1.710)
Conta de desenvolvimento energético - CDE			(424)	(406)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT			(92)	(97)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE			(46)	(49)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D			(92)	(355)
Pesquisa de Eficientização Energética - PEE			(229)	(193)
			<u>(21.473)</u>	<u>(19.899)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
			<u>46.337</u>	<u>43.632</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	31		(20.659)	(15.072)
Encargos de uso do sistema de transmissão	31		(3.872)	(2.598)
Custo de operação				
Pessoal	31		(1.222)	(1.231)
Entidade de previdência privada	31		(43)	(29)
Material	31		(256)	(284)
Serviços de terceiros	31		(916)	(921)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	31		(109)	(49)
Depreciação e amortização	31		(1.885)	(2.119)
Arrendamento e Aluguéis	31			(1)
Tributos	31		(10)	(11)
Provisões líquidas	31		(22)	(436)
Provisão para perda de Energia Livre	31		(61)	(318)
Provisão para perda de RTE	31		(38)	(166)
Outros custos	31		(52)	(55)
			<u>(29.145)</u>	<u>(23.290)</u>
CUSTO DE SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS				
			<u>(91)</u>	<u>(52)</u>
LUCRO BRUTO				
			<u>17.101</u>	<u>20.290</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	31		(1.348)	(1.757)
Gerais e administrativas	31	(1.549)	(1.847)	(5.326)
Equivalência patrimonial		12.354	12.014	2.174
		<u>10.805</u>	<u>10.167</u>	<u>(4.909)</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receita				
Renda de aplicações financeiras		180	130	768
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia				2.067
Remuneração financeira de ativos regulatórios				1.667
Variação monetária		206	180	1.226
Outras receitas financeiras				(25)
		<u>386</u>	<u>310</u>	<u>5.703</u>
Despesa				
Encargos de dívidas				(2.582)
Remuneração financeira de passivos regulatórios				(778)
Variação monetária				(532)
Outras despesas financeiras				(251)
			<u>(4.143)</u>	<u>(5.693)</u>
Juros sobre o capital próprio				(1.866)
		<u>386</u>	<u>310</u>	<u>(306)</u>
LUCRO OPERACIONAL				
		<u>11.191</u>	<u>10.477</u>	<u>11.366</u>
Outras Receitas	32		51	57
Outras Despesas	32		(117)	(133)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA				
		<u>11.191</u>	<u>10.477</u>	<u>11.300</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido				(3.680)
Imposto de renda - SUDENE				2.247
Amortização de ativo e reversão PMIPL				(542)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO				
		<u>11.191</u>	<u>10.477</u>	<u>9.325</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio				1.866
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
		<u>11.191</u>	<u>10.477</u>	<u>11.191</u>
Quantidade de ações (Em milhares)		52.437	52.437	
Lucro líquido por ação		<u>0,2134</u>	<u>0,1998</u>	

QUADRO 3

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)**

	Capital		Reservas de lucros			Lucros	
	social	legal	a realizar	retenção de lucros	Total	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	49.646	1.724	352		2.076		51.722
Lucro líquido do exercício						10.477	10.477
Destinações do lucro do exercício:							
. Reserva legal		524			524	(524)	
. Reserva de lucros a realizar			(352)		(352)	352	
. Juros sobre o capital próprio deliberados						(2.559)	(2.559)
. Dividendos deliberados						(1.383)	(1.383)
. Dividendos propostos						(6.363)	(6.363)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	49.646	2.248			2.248		51.894
Lucro líquido do exercício						11.191	11.191
Destinações do lucro do exercício:							
. Reserva legal		559			559	(559)	
. Reserva de retenção de lucros				2.778	2.778	(2.778)	
. Juros sobre o capital próprio deliberados						(1.537)	(1.537)
. Dividendos deliberados						(2.304)	(2.304)
. Dividendos propostos						(4.013)	(4.013)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	49.646	2.807		2.778	5.585		55.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações:		
Lucro líquido do exercício	11.191	11.191
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(12.354)	
Depreciação e amortização		2.058
Ativo regulatório		2.044
Passivo regulatório		(242)
Despesas financeiras e Variações monetárias e juros do curto e do longo prazo, líquidos	(34)	902
Amortização do ágio, líquida	1.009	1.551
Valor residual de ativo permanente baixado		228
Tributos e contribuição social diferidos		(705)
Provisão para ajuste do valor de realização da RTE/Energia livre		349
	<u>(188)</u>	<u>17.376</u>
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(433)
Títulos a Receber		343
Depósitos judiciais		(152)
Tributos a compensar ou IR a compensar	(32)	1.857
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22
Títulos e Valores Mobiliários		(612)
Serviços em curso		278
Despesas pagas antecipadamente		122
Estoque		1
Dividendos recebidos	8.493	
Juros sobre o capital próprio recebidos	1.560	
Outros créditos		(196)
TOTAL	<u>10.021</u>	<u>1.230</u>
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores		423
Folha de pagamento		2
Encargos de empréstimos e debêntures		(1.263)
Taxas regulamentares		(84)
Tributos e contribuições sociais		372
Tributos e contribuições diferidas		145
Obrigações estimadas		(2.331)
Provisão para contingências		(110)
Adiantamentos recebidos		40
Coligada, controlada e controladora		
Outras contas a pagar		241
TOTAL	<u>-</u>	<u>(2.565)</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	<u>9.833</u>	<u>16.041</u>

-continua-

QUADRO 4**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)**

- continuação -

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos obtidos		422
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(894)
Pagamento de debêntures		(993)
Obrigações vinculadas a concessão		(146)
Dividendos	(5.211)	(3.238)
Juros sobre o Capital próprio	(368)	(1.344)
TOTAL	<u>(5.579)</u>	<u>(6.193)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>4.254</u>	<u>9.848</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aplicações no investimento		(7.177)
Aplicações no imobilizado		
TOTAL		<u>(7.177)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>4.254</u>	<u>2.671</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	756	4.524
Caixa e equivalentes no final do exercício	5.010	7.195
TOTAL DOS EFEITOS DE CAIXA	<u>4.254</u>	<u>2.671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
RECEITAS		
Vendas de energia e serviços		67.810
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(13)
Outros Resultados		(66)
		<u>67.731</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica e uso da rede		(24.532)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(344)	(3.753)
	<u>(344)</u>	<u>(28.285)</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização		(2.058)
Amortização de ágio	(1.009)	(1.009)
	<u>(1.009)</u>	<u>(3.067)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>(1.353)</u>	<u>36.379</u>
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas Financeiras	386	5.703
Equivalência patrimonial	12.354	12.354
	<u>12.740</u>	<u>18.057</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>11.387</u>	<u>54.436</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e administradores		
Remunerações		1.482
Encargos sociais (exceto INSS)		140
Entidade de Previdência Privada		61
Auxílio alimentação		140
Incentivo à aposentadoria e PDV		(46)
Vale transporte		17
Formação e desenvolvimento		32
Segurança, higiene e medicina do trabalho		14
Indenizações trabalhistas		77
Provisões para férias e 13º salário		283
Convênio assistencial e outros benefícios		270
Plano de saúde		87
Participações nos resultados		416
Administradores		57
Encerramento de ordem em curso		-
(-) transferência para ordens		(449)
Outros	5	5
Custos imobilizados		(118)
Total	<u>5</u>	<u>2.468</u>
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)		417
ICMS		12.200
Imposto de renda e contribuição social		1.975
PIS e COFINS sobre faturamento	173	6.606
Obrigações infra-setoriais		2.942
Outros	13	110
Total	<u>186</u>	<u>24.250</u>
Financiamentos		
Juros e variações monetárias	5	3.898
Aluguéis		21
Outros		251
Total	<u>5</u>	<u>4.170</u>
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	1.537	3.403
Dividendos	6.317	14.561
Reserva de lucros	3.337	5.584
Total	<u>11.191</u>	<u>23.548</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	<u>11.387</u>	<u>54.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 6

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício		10.477
Valores que não afetam o CCL:		
.Equivalência patrimonial		
.Depreciação e amortização		2.275
.Amortização de ágio sobre investimentos		1.009
.Amortização de ágio e reversão da provisão para manutenção		562
Resultado do exercício ajustado		14.323
Ativo regulatório		
		(1.454)
Passivos regulatórios		
		334
Variações monetárias e juros do longo prazo, líquidos		
		(259)
Valor residual de ativo permanente baixado		
		(58)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
		(890)
Provisão (Reversão) para ajuste do valor de realização de RTE		
		873
		<u>12.869</u>
De terceiros:		
Juros sobre o capital próprio	1.763	
Dividendos recebidos / provisionados	8.076	
Aumento em empréstimos e financiamentos		2.304
Aumento em debêntures		9.520
Obrigações vinculadas		2.096
Aumento do passivo não circulante		1.973
Transferência do ativo não circulante para o circulante		5.610
Diminuição do ativo não circulante		2.268
	<u>9.839</u>	<u>23.771</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>9.839</u>	<u>36.640</u>

APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Lucro líquido do exercício	(10.477)	
Valores que não afetam o CCL:		
.Equivalência patrimonial	12.014	
.Amortização de ágio sobre investimentos	(1.009)	
Resultado do exercício ajustado	<u>528</u>	<u> </u>
Ativo não circulante	2.012	6.442
Imobilizado		5.167
Investimento		-
Transferência do passivo não circulante para o circulante		13.091
Diminuição do passivo não circulante		2.519
Dividendos propostos a pagar	6.363	6.363
Dividendos pagos	1.383	1.383
Juros sobre o capital próprio pagos	2.559	2.559
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>12.845</u>	<u>37.524</u>
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(3.006)</u>	<u>(884)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Variação no ativo circulante	(10.540)	(5.509)
Variação no passivo circulante	(7.534)	(4.625)
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(3.006)</u>	<u>(884)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Uptick Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

2. DAS CONCESSÕES

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº. 13, a Companhia está adotando pela primeira vez a Lei 11.638/07 e Medida Provisória n. 449/08 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conseqüentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- Em atendimento à Deliberação CVM nº. 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia passou a contabilizar os custos de transação, incorridos na captação de recursos como redutora das contas de empréstimos e financiamentos, e amortizá-los com base na mesma curva de amortização do empréstimo. Os valores contabilizados são proporcionais a participação da Uptick. Até 31 de dezembro de 2007, tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizadas em linha reta pelo prazo do empréstimo.
- Em atendimento à Deliberação CVM nº. 555, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 na controlada em conjunto COSERN foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda, e posteriormente transferido para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao incentivo SUDENE era creditado diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Em valores proporcionais a participação da Uptick, este valor encontra-se apropriado ao investimento na COSERN e corresponde a R\$ 2.247
- Conforme divulgado na nota explicativa nº 35, no consolidado, os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 14. A adoção deste pronunciamento não gerou diferenças relevantes.
- A Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo apresentada conforme determinado pela Deliberação CVM nº 547/08, cuja obrigatoriedade começa para as demonstrações contábeis a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, todavia, nesse primeiro exercício ela está sendo apresentada sem a comparação com o exercício social precedente.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis da controlada Companhia Energética do rio Grande do Norte – COSERN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

Demonstrações do Resultado	2007	
	Publicado	Reclassificado
Receita operacional	63.531	63.531
Fornecimento de energia elétrica	31.290	26.100
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	30.800	35.990
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(22.802)	(23.290)
Custo de Operação	(5.132)	(5.620)
Despesas Operacionais	(5.397)	(4.910)
Despesas com vendas	(2.245)	(1.757)

Informações adicionais consolidadas estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº. 2.775 da SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

4.1 Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com o fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada, esta por estimativa, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Títulos e valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis equivalentes ao seu valor de mercado.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no Ativo Circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos

A participação societária permanente na controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas e representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão.

O ágio apurado na aquisição da COSERN está sendo amortizado pelo prazo de concessão da COSERN para exploração do Serviço Público de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, de 30 anos.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

Intangível

Registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

A controlada em conjunto COSERN tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculado com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº. 28).

Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº. 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração baseada em estimativas faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, fornecimento não faturado, realização de impostos e contribuição sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Demais direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão sujeitos a variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.2 Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através das Resoluções ANEEL nº. 473 de 06 de março de 2006 e nº. 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos nº. 657, de 30 de março de 2006 e nº. 3.033 de 21 de dezembro de 2006 e 3.073 de 28 de dezembro de 2006.

Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. (Vide nota explicativa nº.10).

O contrato prevê que “As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis.”

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, e na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Ativo imobilizado em Serviço – AIS

- Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

- Reserva técnica imobilizada

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que possa entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº. 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº. 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº. 02, de 24 de dezembro de 1997, nº. 44, de 17 de março de 1999, e nº. 473, de 6 de março de 2006.

Ativo Imobilizado em Curso – AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

- Rateio da administração geral – RAG

As despesas com a Administração Central são apropriadas, mensalmente, às imobilizações em curso, limitadas a 10% sobre a mão de obra própria ou de terceiros.

- Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº. 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001 e na Deliberação CVM nº. 193, de 11 de julho de 1996, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica, amortizados a mesma taxa média de depreciação do ativo imobilizado em serviço. (Vide nota explicativa nº 17)

Em atendimento à Instrução Contábil nº. 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas as suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Taxas regulamentares

- Reserva Global de Reversão – RGR

É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual.

- Conta Consumo de Combustível – CCC

É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: 1) pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; 2) subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

- Programas de Eficientização Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Empresa de Pesquisa Energética – EPE

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

- Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora Uptick Participações S.A. e as demonstrações contábeis da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, considerando a existência de um protocolo de entendimentos entre os acionistas para a administração compartilhada da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, no qual a Companhia possui uma participação acionária de 5,82%, foram elaboradas demonstrações contábeis consolidadas de forma proporcional à participação na controlada em conjunto COSERN.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 da COSERN estão assim compostos de forma condensada:

ATIVO	
CIRCULANTE	375.338
NAO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo	462.321
Investimentos	1.030
Imobilizado	450.248
Intangível	41.144
	<u>954.743</u>
	<u>1.330.081</u>
PASSIVO	
CIRCULANTE	361.716
NÃO CIRCULANTE	416.732
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	551.633
	<u>1.330.081</u>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Receita operacional líquida	796.266
Custo do serviço	(502.418)
Lucro operacional bruto	<u>293.848</u>
Despesas operacionais	(66.613)
Juros sobre o capital próprio	(32.061)
Despesas (receitas) financeiras	20.171
Resultado operacional	<u>215.345</u>
Outros resultados	(1.127)
Lucro antes da CSSL e IRPJ	<u>214.218</u>
Imposto de renda e contribuição social	(63.233)
Imposto de renda - SUDENE	38.619
Amortização de ágio e reversão de PMIPL	(9.321)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>32.061</u>
Lucro líquido do exercício	<u>212.344</u>

6. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação (*)	2008		2007	
			Ativo circulante		Ativo circulante	
			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Disponibilidades		Conta corrente	5	794	18	755
Bank of New York Mellon DTVM		Fundo de Investimento	5.005	5.005	738	738
Bradesco	(1)	Fundo de Investimento		471		
Banco Itaú	(1)	Fundo de Investimento		1		901
Banco do Brasil	(1)	Fundo de Investimento		116		1.680
Banco do Nordeste	(2)	Carteira de Clientes/CDI		808		450
Total			5.010	7.195	756	4.524

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer época.

(1) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Neoenergia, tendo a Companhia como participante. Sua carteira é composta principalmente de LTN – Letras do Tesouro Nacional, LFT – Letras Financeiras do Tesouro e CDB – Certificado de Depósito Bancário.

(2) Aplicação financeira em carteira de clientes, atrelada a papéis federais, de recursos ainda não utilizados do Programa Luz Para Todos conforme determinação da Eletrobrás.

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vencidos		2008	Total 2007	2008	PCLD 2007	
	Saldos vincendos	Até 90 dias					Mais de 90 dias
Setor Privado							
Residencial	1.045	1.162	192	2.399	2.339	(160)	(157)
Industrial	1.010	213	204	1.427	1.072	(169)	(240)
Comercial, serviços e outros	980	461	282	1.723	1.597	(247)	(337)
Rural	236	216	299	751	797	(228)	(312)
	<u>3.271</u>	<u>2.052</u>	<u>977</u>	<u>6.300</u>	<u>5.805</u>	<u>(804)</u>	<u>(1.046)</u>
Setor Público							
Poder Público							
Federal	87	4	8	99	144	(8)	(2)
Estadual	142	3	113	258	433	(106)	(91)
Municipal	145	97	72	314	349	(31)	(222)
	<u>374</u>	<u>104</u>	<u>193</u>	<u>671</u>	<u>926</u>	<u>(145)</u>	<u>(315)</u>
Iluminação pública	128	24	66	218	230	(38)	(85)
Serviço público	490	534	157	1.181	838	(357)	(353)
	<u>992</u>	<u>662</u>	<u>416</u>	<u>2.070</u>	<u>1.994</u>	<u>(540)</u>	<u>(753)</u>
Fornecimento não faturado	1.862			1.862	1.923		
Acréscimos moratórios	38	79	290	407	398		
	<u>1.862</u>	<u>79</u>	<u>290</u>	<u>407</u>	<u>398</u>		
Subtotal - Consumidores Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>6.163</u>	<u>2.793</u>	<u>1.683</u>	<u>10.639</u>	<u>10.120</u>	<u>(1.344)</u>	<u>(1.799)</u>
Serviços prestados a terceiros Disponibilização do sistema de distribuição	95	14	34	48	54		
Outros	145	0	0	145	154		
	<u>145</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>145</u>	<u>154</u>		
Total	<u><u>7.039</u></u>	<u><u>2.807</u></u>	<u><u>2.632</u></u>	<u><u>12.478</u></u>	<u><u>11.915</u></u>	<u><u>(1.344)</u></u>	<u><u>(1.799)</u></u>
Circulante				11.563	11.052	(1.344)	(1.799)
Não circulante				915	863		

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria da liquidação do MAE, e as realizadas após esta data, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio judicial	574	583
Valores negociados com os agentes		7
Valores não negociados	<u>341</u>	<u>279</u>
	915	869
Valores a receber do período	<u>635</u>	<u>448</u>
Total	<u><u>1.550</u></u>	<u><u>1.317</u></u>
Circulante	635	454
Não Circulante	915	863

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª e 2ª instâncias. A controlada em conjunto COSERN não é parte processual, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figura como assistente processual.

A controlada em conjunto COSERN não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados aos litígios por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

8. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a parcelamento de débito de contas de fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN:

	Saldos Vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	2008	2007	2008	2007
Setor público	13.648	70	364	14.082	13.786	(718)	(657)
Setor privado	<u>622</u>	<u>8</u>	<u>21</u>	<u>650</u>	<u>212</u>	<u>(136)</u>	<u>(30)</u>
Total	<u><u>14.270</u></u>	<u><u>78</u></u>	<u><u>385</u></u>	<u><u>14.732</u></u>	<u><u>13.998</u></u>	<u><u>(854)</u></u>	<u><u>(687)</u></u>
Circulante				1.733	1.843	(854)	(687)
Não circulante				12.999	12.155		

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores variáveis são considerados recuperáveis pela administração da COSERN.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 9.058, em valores proporcionais a participação da Uptick (R\$ 8.717 em 31 de dezembro de 2007), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº. 2016/CCE/2004, 2033/CME/2005, CD 0066/2007 e CD 0088/2008.

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da COSERN suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado	
	Ativo Circulante	
	2008	2007
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.345)	(1.799)
Títulos a receber	(854)	(687)
Outros créditos	(25)	(45)
Total	(2.224)	(2.531)

	Saldo 2007	Adições	Reversões	Baixados Reserva	Saldo 2008
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.798)	(1.230)	1.433	250	(1.345)
Títulos a receber	(687)	(496)	329		(854)
Outros créditos	(46)	(28)	49		(25)
	(2.531)	(1.754)	1.811	250	(2.224)

10. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ref.	Ativo			
		2008		2007	
		Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Acordo Geral do Setor Elétrico (a)	(a)				
Recomposição tarifária extraordinária – RTE		2.369	1.970	1.981	3.780
Energia livre - racionamento		572	49	478	532
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A” – Racionamento			1.361		1.216
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A” – CVA	(b)	1.269		239	
<u>Energia excedente - Sobrecontratação</u>	(c)	12		55	
<u>Subsídio a irrigantes e aquicultores</u>		68		358	
<u>Exposição financeira</u>	(d)			5	
<u>Parcela de ajuste conexão</u>				10	
<u>Parcela de ajuste rede básica</u>				215	
Outros		114		220	264
Total		4.404	3.380	3.561	5.792

	Ref.	Passivo			
		2008		2007	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Acordo Geral do Setor Elétrico (a)	(a)				
. Energia livre - racionamento		710	34	616	471
Valores Tarifários a Compensar da Parcela “A” – racionamento			205		183
Valores Tarifários a Compensar da Parcela “A” – CVA	(b)	773		224	
Energia elétrica excedente-sobrecontratação	(c)	150		186	
Subsídio a irrigantes e aquicultores		25			
Exposição financeira	(d)	119			
Parcela de ajuste conexão				10	
Parcela de ajuste rede básica				287	
Outros		130		10	
Total		1.907	239	1.333	654

a. Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**

A Resolução ANEEL nº. 001, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo à recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Controlada em Conjunto COSERN avaliou a recuperação em função dos prazos e mantém registrada provisão para perda na realização da RTE no valor, proporcional a participação da Uptick, de R\$ 2.162 (2007, R\$ 1.812).

	<u>Consolidado</u>
Recomposição tarifária extraordinária (homologado)	7.579
Remuneração financeira acumulada	9.008
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(1.812)
(-) Reversão acumulada	<u>(9.014)</u>
Total em 31 de dezembro de 2007	5.761
Remuneração financeira	948
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(350)
(-) Reversão	<u>(2.020)</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>4.339</u>
Circulante	2.369
Não circulante	1.970

- **Energia livre - racionamento**

A Energia Livre é a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito da CCEE, realizadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração e de distribuição até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica, nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes.

A ANEEL estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre calculados com a aplicação de 18,1719% sobre a arrecadação da RTE, posteriormente alterada em março de 2004, para 19,4527%.

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	497	1.477	497	1.477
Encargos	111	144		
Transferências	1.702	(1.702)	1.804	(1.723)
(-) Provisão para ajuste a valor de realização		(1.364)		(1.364)
(-) Reversão acumulada	(1.832)		(1.685)	
Remuneração financeira acumulada		1.977		2.081
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>478</u>	<u>532</u>	<u>616</u>	<u>471</u>
Encargos		8		
Transferências	582	(582)	569	(569)
(-) Provisão para ajuste a valor de realização		(178)		(178)
(-) Reversão	(488)		(475)	
Remuneração financeira		269		310
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u><u>572</u></u>	<u><u>49</u></u>	<u><u>710</u></u>	<u><u>34</u></u>

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da “Parcela A” - Racionamento

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da “Parcela A”, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados por meio da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados por meio de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) iluminação pública e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”.

	Consolidado	
	Não circulante	
	Ativo	Passivo
Valores tarifários não gerenciáveis de parcela "A" - racionamento (homologado)	454	73
Remuneração financeira acumulada	762	110
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.216	183
Remuneração financeira	145	22
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.361	205
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	10	
Encargos de conexão no sistema de transmissão		134
Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST	385	
Energia comprada para revenda	835	
Total em 31 de dezembro de 2008	1.361	205
Total em 31 de dezembro de 2007	1.216	183

b. Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela "A" – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Composição	Ativo	Passivo
	Circulante	Circulante
CVA - 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007	26	7
CVA - 23 de março de 2007 a 22 de março de 2008	72	53
CVA - 23 de março de 2008 a 22 de março de 2009	1.171	713
Total em 31 de dezembro de 2008	1.269	773
Total em 31 de dezembro de 2007	239	224

<u>CVA - ATIVO</u>	<u>31/12/2007</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2008</u>
CCC	112	45	433	(119)	471
CDE	8	1	7	(10)	6
ESS		33	723	(7)	749
TRANSPORTE	74	3	5	(71)	11
ENERGIA COMPRADA	18	(11)	83	(75)	15
PROINFA	27	5	39	(54)	17
	<u>239</u>	<u>76</u>	<u>1.290</u>	<u>(336)</u>	<u>1.269</u>

	<u>PASSIVO</u>				
<u>CVA - PASSIVO</u>	<u>Saldos em</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em</u>
	<u>31/12/2007</u>				<u>31/12/2008</u>
CCC	102	1		(103)	
CDE		1			1
TRANSPORTE	24	2	5	(29)	2
ENERGIA COMPRADA	98	37	758	(126)	768
PROINFA		2			2
	<u>224</u>	<u>43</u>	<u>763</u>	<u>(258)</u>	<u>773</u>

c. Energia elétrica excedente – sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Esse repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 06 de março de 2007.

A ANEEL, na revisão tarifária de 22 de abril de 2008, homologou, de forma provisória, os valores referentes à sobrecontratação de energia no exercício de 2007. Os valores definitivos referente aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 deverão ser recalculados assim que a regra e o procedimento de comercialização na CCEE para disciplinar os cálculos estiverem aprovados pela ANEEL, e considerados no processo de reajuste tarifário de 2009.

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Constituição	315	184
Remuneração acumulada	8	1
Amortização acumulada	(268)	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>55</u>	<u>185</u>
Constituição	5	702
Remuneração	8	40
Amortização	(56)	(777)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>12</u>	<u>150</u>

d. Exposição Financeira

O Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais diferenças de preços no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE serão repassadas pelos agentes de distribuição aos consumidores.

A ANEEL homologou na revisão tarifária de 22 de abril de 2008, uma exposição financeira líquida, negativa, referente às contabilizações no exercício de 2007.

	<u>Ativo Circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>
Constituição	24	
Amortização acumulada	(20)	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>4</u>	
Constituição	(24)	112
Remuneração		2
Amortização	20	5
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u><u> </u></u>	<u><u>119</u></u>

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas (%)</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Bradesco	CDB/CDI/Fundos	diversos	98,8% CDI	153	88
Banco do Nordeste	Carteira de clientes / CDI	diversos	99,5% CDI	1.092	452
Total				<u>1.246</u>	<u>540</u>
Circulante				153	88
Não circulante				1.092	452

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os saldos finais de curto e longo prazos, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN, estão assim constituídos:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
							102	
IIR sobre Aplic. Financeiras	33	42			48	55		
IR antecipado e do ano (1)	198	125			206	1.136		100
IR sobre JSCP a compensar	280	264			280	265		
CSLL antecipada do ano (1)	36				43	1.185	82	
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores a compensar	2.245	2.012			2.245	2.012		
ICMS (2)					1.325	1.248	1.135	905
PIS (3)			8	8	71	30	113	103
COFINS (3)			36	33	327	138	519	472
INSS					17	47	64	62
FGTS							11	10
Outros					30	12	40	39
Total	2.792	2.443	44	41	4.592	6.128	2.066	1.691
Circulante	547	431	44	41	1.684	3.413	1.980	1.605
Não circulante	2.245	2.012			2.908	2.715	86	86

- (1) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, e retenção na fonte referente a serviços prestados;
- (2) A composição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ativo em 31 de dezembro de 2008 e os valores proporcionais à participação da Uptick são como segue:
 - a. ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000 no montante de R\$ 1.221 (R\$ 1.216 em 2007).
 - b. ICMS a recuperar sobre aquisição de energia elétrica à Termoaçú e na compra de geladeiras para o Projeto de Eficientização Energética, além do ICMS antecipado referente à diferença de alíquota nas compras interestaduais, totalizando o montante de R\$ 104 (R\$ 32 em 2007).
- (3) PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, respectivamente, apuração mensal, as antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº. 27/2008.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A COSERN registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e reposicionamento tarifário, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a Contribuição Social, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	2008		Ativo 2007		2008		Passivo 2006	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda	4.012	1.003	4.516	1.129	4.339	1.085	5.893	1.473
Prejuízos fiscais								
Diferenças temporárias	4.012	1.003	4.516	1.129	4.339	1.085	5.893	1.473
Contribuição social	4.012	361	4.516	406	4.339	390	5.893	530
Base negativa								
Diferenças temporárias	4.012	361	4.516	406	4.339	390	5.893	530
PIS					4.521	75		
Diferenças temporárias					4.521	75	6.474	107
COFINS					4.521	344		
Diferenças temporárias					4.521	344	6.474	493
Total		<u>1.364</u>		<u>1.535</u>		<u>1.894</u>		<u>2.603</u>
Circulante		686		788		1.057		941
Não circulante		678		747		837		1.662

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da COSERN, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da COSERN e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	2009	2010	Total
Imposto de renda	505	498	1.003
Contribuição social	182	179	361
	<u>687</u>	<u>677</u>	<u>1.364</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da COSERN.

14. BENEFICIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO

O ágio está sendo amortizado no período de 30 anos, conforme prazo para exploração da COSERN e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº. 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio na COSERN afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº. 349 de 6 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da COSERN nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 7.522 (R\$ 8.123 em 2007), que em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da COSERN apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN, como segue:

	<u>Consolidado</u>
Balanço:	
Ágio incorporado	37.127
Provisão constituída	<u>(24.504)</u>
Benefício fiscal	12.623
Amortização do ágio acumulada	(13.236)
Reversão da provisão acumulada	<u>8.736</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>8.123</u>
Amortização	(1.595)
Reversão	<u>1.053</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u><u>7.581</u></u>
Circulante	520
Não circulante	7.061

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Curva de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2008	0,04297	2015	0,03575	2022	0,02666
2009	0,04118	2016	0,03430	2023	0,02551
2010	0,04133	2017	0,03289	2024	0,02442
2011	0,03983	2018	0,03153	2025	0,02336
2012	0,03842	2019	0,03022	2026	0,02235
2013	0,03705	2020	0,02907	2027	0,02138
2014	0,03741	2021	0,02784		

15. ESTOQUE

	Consolidado	
	2008	2007
Estoque total	499	682
Imobilizado em curso	(401)	(582)
	<u>98</u>	<u>100</u>

16. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado	
	2008	2007
Subvenção à baixa renda – tarifa social	337	276
Adiantamento a empregados	121	11
Adiantamento a fornecedores		3
Repasse de empréstimos e financiamentos	24	26
Serviços prestados a terceiros	83	43
RGR a compensar	100	
Entidade de previdência privada	3	
Desativações em curso	216	14
Dispêndios a reembolsar em curso	439	467
Outros créditos a receber	88	102
Total	<u>1.411</u>	<u>942</u>
Circulante	1.382	916
Não circulante	29	26

Subvenção à baixa renda - tarifa social (líquida)

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, causando impacto na receita operacional da COSERN.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no artigo 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Dispêndios a reembolsar em curso

Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelo beneficiário.

17. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor do imobilizado da COSERN está composto da seguinte forma (em valores proporcionais a participação da Uptick):

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Consolidado				
		2008	2007	2008	2007	
		Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos		146			146	120
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	1.025	(355)			537
Máquinas e equipamentos	4,71	49.542	(18.895)	(8.559)	22.088	20.031
Veículos	20,11	427	(274)		153	209
Móveis e utensílios	9,89	182	(103)		79	42
Subtotal		51.322	(19.627)	(8.559)	23.136	20.939
Em curso						
Terrenos						25
Edificações, obras civis e benfeitorias		69			69	184
Máquinas e equipamentos		3.483		(993)	2.490	449
Veículos		72			72	10
Móveis e utensílios		14			14	26
Material em depósito		420			420	491
Outros						90
Subtotal		4.058		(993)	3.065	1275
Total		55.380	(19.627)	(9.552)	26.201	22.214

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Por atividade, o imobilizado da COSERN está constituído da seguinte forma, (em valores proporcionais à participação da Uptick):

						Consolidado	
						2008	2007
	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço							
. Distribuição	50.079	(18.987)	31.092	(8.559)	22.533	20.451	
. Comercialização	112	(86)	26		26	35	
. Administração	1.130	(553)	577		577	453	
Subtotal	51.321	(19.626)	31.695	(8.559)	23.136	20.939	
Em curso							
. Distribuição	3.874		3.874	(993)	2.881	1.048	
. Administração	184		184		184	227	
Subtotal	4.058		4.058	(993)	3.065	1.275	
Total	55.379	(19.626)	35.753	(9.552)	26.201	22.214	

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1997, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Encargos financeiros

Em atendimento as disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, a COSERN transferiu para o Ativo Imobilizado encargos financeiros que estavam reconhecidos no resultado, nos montantes de R\$ 2.582 em 2008 e R\$ 3.004 em 2007, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorreu em abril de 2008, e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado em serviço, usando-se uma taxa média a partir da revisão tarifária. A controlada em conjunto COSERN adotou o procedimento a partir da revisão tarifária ocorrida em 22 de abril de 2008.

A composição dessas obrigações, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN, é a seguinte:

	<u>Saldos em 2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2008</u>
EM SERVIÇO					
Custo					
Distribuição	<u>(7.833)</u>	<u>(119)</u>	<u>59</u>	<u>(939)</u>	<u>(8.832)</u>
Subtotal	<u>(7.833)</u>	<u>(119)</u>	<u>59</u>	<u>(939)</u>	<u>(8.832)</u>
(-) Amortização	<u> </u>	<u>273</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>273</u>
Subtotal	<u> </u>	<u>273</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>273</u>
Total em serviço	<u>(7.833)</u>	<u>154</u>	<u>59</u>	<u>(939)</u>	<u>(8.559)</u>
EM CURSO					
. Distribuição	<u>(2.138)</u>	<u>(170)</u>	<u>377</u>	<u>939</u>	<u>(993)</u>
Subtotal	<u>(2.138)</u>	<u>(170)</u>	<u>377</u>	<u>939</u>	<u>(993)</u>
Total obrigações vinculadas a concessão	<u>(9.971)</u>	<u>(16)</u>	<u>436</u>	<u>-</u>	<u>(9.552)</u>

Comodato

A COSERN possui contrato de cessão de edificação em comodato firmado com a Amara Brasil Ltda. para administração do almoxarifado.

<u>Bem</u>	<u>Razão</u>	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>
Sede	Administração do almoxarifado	39	(22)	39	(20)

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, por meio da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003 e alterações posteriores, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase àqueles com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 2008, a COSERN investiu R\$ 262.450 no Programa de Universalização Urbana e Rural (R\$ 15.272, em valores proporcionais a participação da Uptick), interligando um total de 243.471 novos consumidores (até dezembro de 2007) ao seu sistema de distribuição.

Até 2008 foi universalizada a área urbana dos 167 municípios no estado do Rio Grande do Norte. Restam, para os próximos anos, a universalização do meio rural de 98 municípios do Estado.

18. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participação em controlada em conjunto (i)	32.101	29.853		
Ágio	19.601	20.610	19.601	20.610
Outros investimentos			60	60
	<u>51.702</u>	<u>50.463</u>	<u>19.661</u>	<u>20.670</u>

(i) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 da controlada em conjunto foram examinadas por outros auditores independentes.

a. Movimentação do investimento na COSERN nos exercícios

	2008	2007
Saldos no início do exercício	50.463	49.297
Amortização de ágio	(1.009)	(1.009)
Equivalência patrimonial	12.354	12.014
Juros sobre o capital próprio	(1.865)	(1.763)
Dividendos	(8.241)	(8.076)
Saldos no fim do exercício	<u>51.702</u>	<u>50.463</u>

b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Segue abaixo, a composição analítica dos valores recebidos da Controlada em Conjunto COSERN a título de Dividendos e JCP:

<u>Data:</u>	<u>Ato societário:</u>	<u>Tipo de Provento</u>	<u>Valor por ação (em R\$):</u>	<u>Valor Total (em R\$ mil):</u>
			0,0466241 ON	
28/04/2008	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0512865 PNA/B	466
			0,0466241 ON	
31/07/2008	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0512865 PNA/B	466
			0,0466241 ON	
31/10/2008	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0512865 PNA/B	466
			0,04227814 ON	
		Dividendos	0,04650595 PNA/B	4.228
			0,0466299 ON	
30/12/2008	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0512929 PNA/B	467
			0,04012915 ON	
31/12/2008	Proposta da administração COSERN	Dividendos	0,04414206 PNA/B	4.013

c. Informações sobre a COSERN – Cia. Energética do Rio Grande do Norte

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas Ordinárias	7.576.650	7.576.650
	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes A		
Preferenciais – Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do exercício	212.344	169.114
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	551.633	513.013

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Uptick Participações S.A. é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Uptick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

O ágio apurado nas aquisições das participações está sendo amortizado pelo prazo de concessão da COSERN para exploração do Serviço Público de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, de 30 anos.

19. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		2008	2007		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Faixas de servidões		414		414	358
Direito de uso de softwares	20	2.241	(1.909)	332	388
Subtotal		2.655	(1.909)	746	746
Em curso					
Faixas de servidões		47		47	9
Direito de uso de softwares		1.601		1.601	592
Subtotal		1.648		1.648	601
Total		4.303	(1.909)	2.394	1.347

Faixas de servidões são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de uso de softwares são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2008		2007	
	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	1.397	(766)	631	569
Comercialização	615	(615)		13
Administração	643	(528)	115	164
Subtotal	2.655	(1.909)	746	746
Em curso				
Distribuição	53		53	124
Administração	1.595		1.595	477
Subtotal	1.648		1.648	601
Total	4.303	(1.909)	2.394	1.348

A mutação do intangível está demonstrada abaixo:

	Saldos em 2007	Adições	Transferências	Saldos em 2008
Em serviço				
Custo:				
. Distribuição	1.249		148	1.397
. Comercialização	615			615
. Administração	618		25	643
Subtotal	2.482		173	2.655
(-) amortização				
. Distribuição	(680)	(87)		(767)
. Comercialização	(602)	(13)		(615)
. Administração	(454)	(73)		(527)
Subtotal	(1.736)	(173)		(1.909)
Total em serviço	746	(173)	173	746
Em curso				
. Distribuição	125	76	(148)	53
. Administração	477	143	(25)	195
Subtotal	602	1.219	(173)	1.648
Total	1.348	1.046		2.394

A amortização do intangível está sendo contabilizada no resultado na rubrica de depreciação e amortização.

20. INVESTIMENTO REMUNERÁVEL

O investimento remunerável, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS Líquido, Ativo Intangível Líquido, Obrigações Especiais, Estoque e Ativo Diferido, sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS bruto que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida – RR da Concessão, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº. 637/2008, já atualizados pelo IGPM nos reajustes tarifários anuais já ocorridos, estariam assim formados:

	Revisão abril/08
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	92.353
(-) Depreciação Acumulada	(42.629)
(-) Obrigações Vinculada ao SPEE	<u>(12.702)</u>
	37.022
Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	
(+) Almoarifado	<u>79</u>
Investimento remunerável	<u>37.101</u>
Bens 100% depreciados	6.048
Cota de Depreciação - Taxa média anual	4,57%

21. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2008	2007
Fornecedores de energia elétrica	2.262	1.991
Encargos de uso da rede	355	417
Materiais e serviços	997	784
Total	<u>3.614</u>	<u>3.192</u>

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

	Consolidado				
	2008				2007
	Encargos da dívida	Circulante	Não circulante	Total	Total
Moeda nacional:					
BNB	11	952	7.684	8.647	5.879
Banco do Brasil	16	284	1.600	1.900	1.958
BNDES Emergencial	20	1.185	1.814	3.019	3.931
BNDES Finem					394
Eletrobrás		176	1.210	1.386	1.529
FINEP	1	85	95	181	264
	<u>48</u>	<u>2.682</u>	<u>12.403</u>	<u>15.133</u>	<u>13.955</u>

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a COSERN adotou os procedimentos de contabilização e evidenciação dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e financiamentos.

Captações no exercício:

Banco Nacional do Nordeste do Brasil S.A. – BNB – A Companhia, em 27 de junho de 2008 e 22 de agosto de 2008 obteve aprovação de financiamentos no montante de R\$ 75.200 através de recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste – FNE, para investimentos no Projeto de Expansão e Modernização Operacional.

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2008:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Juros	o
Brasil	R\$	30/3/1994	com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
Banco do Brasil	R\$	30/3/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236 % a.a.	2014
Eletrobrás	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	2018
Emergencial	R\$	14/2/2002	Emergencial de redução do consumo de energia elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	de linhas e redes	11,5% a.a.	2013
BNB II	R\$	27/11/2006	de linhas e redes	11,5% a.a.	2014
BNB III	R\$	30/11/2007	de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	2022
BNB IV	R\$	27/6/2008	de linhas e redes	10,0% a.a.	2016
FINEP	R\$	23/12/2004	da rede de distribuição e	TJLP + 5% a.a.	2011

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval do acionista controlador, fiança bancária ou aplicações financeiras (contas reservas).

O montante devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	2008		2007	
		%		%
Moeda nacional:				
Juros prefixados	7.113	47,00	4.751	.
UFIR	1.387	9,15	1.529	10,95
IGPM	1.704	11,26	1.733	12,42
TJLP	1.911	12,63	2.012	14,42
SELIC	3.018	19,94	3.930	28,16
Total	<u>15.133</u>	<u>100,00</u>	<u>13.955</u>	<u>100,00</u>
Principal	15.086		13.882	
Encargos	47		73	
	<u>15.133</u>		<u>13.955</u>	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

Moeda/Indexador	Variação %	
	2008	2007
Índice Geral de Preços Mercado – IGPM	9,81	7,75
FINEL	1,96	1,51
TJLP	6,25	6,37
CDI	12,37	11,82
SELIC	12,48	11,88
Taxa de Referência – TR	1,63	1,45

A distribuição por ano de vencimento das dívidas de longo prazo é a seguinte:

Cronograma de pagamento	Consolidado	
	2008	2007
2009		3.176
2010	3.927	3.051
2011	2.035	1.607
2012	2.028	1.600
2013	2.019	920
Após 2013	2.392	1.422
Total	12.401	11.776

A Mutação de empréstimos e financiamentos em valores proporcionais   participacão da Uptick na COSERN:

	Moeda nacional	
	Passivo Circulante	N�o Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.178	11.777
Ingressos		3.053
Encargos	1.204	130
Varia�o monet�ria	28	170
Transfer�ncias	2.673	(2.673)
Amortiza�es	(3.342)	
(-) Custos de transac�o	(9)	(56)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.732	12.401

23. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	2008		2007
				Encargos	Principal	Total
				Circulante	Não circulante	
3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a			931
4ª Emissão transação 4º	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	106 (16)	9.520 (81)	9.626 (97)
Total				90	9.439	10.531

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia adotou os procedimentos de contabilização e evidenciação dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de debêntures.

As escrituras de emissões das debêntures prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a COSERN atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

	Consolidado	
	2008	2007
2009		358
2010	1.050	1.416
2011	2.097	2.115
2012	2.097	2.115
2013	2.097	2.115
Após 2013	2.098	2.118
Total	9.439	10.237

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2007	294	10.237
Encargos	1.254	
Transferências	717	(717)
Amortizações e pagamentos de juros	(2.159)	
(-) Custos de transação	(16)	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	90	9.439

24. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão – RGR	40	310
Conta de Consumo de Combustível – CCC	236	130
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	35	33
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	136	128
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	29	25
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	504	478
Programa de Eficientização Energética – PEE	500	462
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia -TFSEE	11	9
	<u>1.491</u>	<u>1.575</u>

25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	COSERN	
	2008	2007
Imposto de Renda		1.118
Contribuição Social		1.256
Provisões de Férias e 13º salário	365	237
Encargos sobre Provisões de Férias e 13º salário	62	63
Provisão PLR	157	179
Provisão acordo coletivo		145
Outros	83	
Total	<u>667</u>	<u>2.998</u>
Passivo Circulante	584	
Passivo não Circulante	83	

26. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

26.1 Contingências passivas

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais da COSERN são compostos como segue, em valores proporcionais à participação da Uptick:

				COSERN	
				2008	2007
		(-)			
	Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida	
Trabalhistas	944	(411)	533		436
Cíveis	845	(70)	775		778
Fiscais	386	(210)	176		214
Total	<u>2.175</u>	<u>(691)</u>	<u>1.484</u>		<u>1.428</u>
Passivo circulante			371		123
Passivo Não Circulante			1.113		1.305

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	778	828	362	1.968
Constituição	145	100		245
Baixas / reversão	(92)	(220)	(42)	(354)
Remuneração	113	137	67	317
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>944</u>	<u>845</u>	<u>387</u>	<u>2.176</u>

A administração da COSERN, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Valor atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
				2008	2007
Ex- empregados da COSERN	311	1ª,2ª e 3ª	Provável	311	285
	165	1ª,2ª e 3ª	Possível		
	98	1ª,2ª e 3ª	Provável	98	114
Ex- empregados de Empreiteiras	109	1ª,2ª e 3ª	Possível		
	536	1ª,2ª e 3ª	Provável	536	379
Empregados	34	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Total	1.253			945	778

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Cíveis

Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
				2008	2007
Clientes - Tarifas Plano Cruzado	517	1ª,2ª e 3ª	Provável	517	559
	11	1ª,2ª e 3ª	Possível		
	91	1ª,2ª e 3ª	Provável	91	42
Indenização por perdas	348	1ª,2ª e 3ª	Possível		
	87	1ª,2ª e 3ª	Provável	87	88
Acidentes terceiros Outras	146	1ª,2ª e 3ª	Possível		
	150		Provável	150	139
	1.579		Possível		
Total	2.929			845	828

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação dos índices divulgados na tabela da Justiça Federal.

Clientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e nº 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				2008	2007
	1.399	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	10
	1.490	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
		1ª, 2ª e 3ª	Provável		26
	835	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
	101	1ª, 2ª e 3ª	Provável	101	86
	282	1ª, 2ª e 3ª	Provável	282	240
	302	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
	<u>4.412</u>			<u>386</u>	<u>362</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da Companhia, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

IRPJ - Refere-se a Auto de Infração no qual se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

INSS - Refere-se a dois autos de infração lavrados pelo Ministério da Previdência Social, onde se discute a cobrança de contribuição previdenciária e incidência de multa.

COFINS - Refere-se a processo judicial argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável a tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

26.2 Contingência Ativa

PIS / COFINS (alargamento da base de calculo) – A Controlada em conjunto COSERN impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª região, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo de PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos da COSERN atribuem uma probabilidade de ganho provável para a ação judicial. O montante estimado do crédito pleiteado a valor nominal, corresponde a R\$ 496, em valores proporcionais a participação da Uptick.

27. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	2008	2007
Consumidores	314	158
Empregados - PLR		5
Contribuição para custeio de serviço de iluminação pública - COSIP	297	262
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	17	22
Convênios	16	47
Caução em garantia	59	25
Encargos CBEE	1	2
Outros	122	48
Total	<u>826</u>	<u>569</u>
Circulante	774	513
Não Circulante	52	56

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Uptick Participações S.A., conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações 31 12 08
Ennesa Fundo Mútuo de Investimento em Ações – C.L.	52.436.999
Outros	4
Total	<u>52.437.003</u>

Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2008, foi constituído o montante de R\$ 560.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

<u>Data</u>	<u>Ato societário</u>	<u>Tipo de Provento</u>	<u>Valor por ação ON (em R\$)</u>	<u>Valor Total (em R\$ mil)</u>
22/04/2008	Assembleia Geral Extraordinária	Dividendos	0,013369	701
31/07/2008	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,086006	4.510
14/11/2008	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,043933	2.304
		JCP	0,051282	2.689
31/12/2008	Proposta da administração Uptick	Dividendos	0,076536	4.013

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de novembro de 2008, foi deliberado a título de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 2.689, sendo que R\$ 1.537 referiam-se a antecipação do resultado do ano de 2008 e R\$ 1.152 ao saldo remanescente aos valores de dividendos ratificados na AGO de 2007. Na mesma reunião, também foi deliberado dividendos no valor de R\$ 2.304 a título de antecipação do resultado de 2008.

Adicionalmente, ao final do exercício de 2008, a administração propôs a distribuição de proventos à conta de lucros acumulados no valor de R\$ 4.013.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro líquido do exercício	11.191	10.477
Reserva legal (5%)	<u>(559)</u>	<u>(524)</u>
Base de cálculo dos dividendos	10.632	9.953
Dividendos obrigatórios - 25%	(2.658)	(2.488)
Juros sobre capital próprio deliberados	1.537	2.559
Dividendos	2.304	1.383
Proventos propostos	<u>4.013</u>	<u>6.363</u>
	7.854	10.305
Valor excedente de proventos pagos ou propostos em relação à base de cálculo dos dividendos	<u>5.196</u>	<u>7.817</u>

29. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de consumidores faturados (1)		MWh (1)		R\$ (2)	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007 (Reclassificado)
Consumidores:						
Residencial	846.965	811.578	1.225.190	1.152.519	23.252	22.277
Industrial	4.957	4.731	937.490	664.922	13.237	10.163
Comercial	66.431	64.086	745.732	683.648	15.842	14.266
Rural	50.429	47.930	332.541	347.167	2.717	3.275
Poder Público	10.500	10.164	196.593	185.629	4.440	4.553
Iluminação Pública	4.072	3.545	142.301	135.269	1.586	1.502
Serviço Público	1.511	1.476	223.104	222.797	3.146	3.195
Consumo Próprio Fornecimento não faturado	92	91	4.519	4.431	(61)	332
Transferência para atividade de distribuição					(32.123)	(33.464)
Subtotal	984.957	943.601	3.807.470	3.396.382	32.037	26.100
Reversão da recomposição tarifária extraordinária					(2.020)	(1.848)
Receita (reversão) reposicionamento tarifário					(103)	(96)
Reversão energia livre Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição					(420)	111
Parcela de ajuste (Transmissoras)					33.553	35.990
Programa Luz para Todos					297	(297)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			300.422	129.807	(89)	
Subvenção à tarifa social baixa renda					1.737	1.111
Outras receitas					2.133	1.933
					685	527
Total	984.957	943.601	4.107.892	3.526.189	67.809	63.531

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) Valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN.

Revisão Tarifária

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 637, de 17 de abril de 2008, fixou em -3,82% o índice médio de reajuste das tarifas, sendo -6,45% de reposicionamento tarifário e 2,63% de componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência no período de 22 de abril de 2008 a 21 de abril de 2009. O impacto médio percebido pelo consumidor será uma redução na tarifa de -5,80%, sendo -2,14% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros) e de -11,91% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte).

Nesse processo de revisão tarifária a base de remuneração regulatória bruta foi fixada em R\$ 1.587 milhões e a base líquida em R\$ 593 milhões. A depreciação média é de 4,57% a.a. O componente Xe do Fator X, a ser aplicado como redutor, em termos reais, da "Parcela B", nos reajustes tarifários subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012, foi fixado em 1,33%.

a. Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Consumidores livres	1.430	2.526
Consumidores Cativos - Transferência entre atividades	<u>32.123</u>	<u>33.464</u>
	<u>33.553</u>	<u>35.990</u>

b. Outras Receitas Operacionais

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Renda da prestação de serviços	75	177
Arrendamentos e aluguel	283	263
Serviço taxado	92	86
Outras receitas	<u>235</u>	<u>1</u>
Total	<u>685</u>	<u>527</u>

30. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

Nos exercícios de 2008 e 2007 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE conforme demonstrado a seguir:

	2008		COSERN 2007	
	MWh (1)	R\$ (2)	MWh (1)	R\$ (2)
Compra				
CCEE (*)	22.018	276	24.044	47
Ajustes	17.631	88		
Subtotal	39.649	364	24.044	47
Total	39.649	364	24.044	47
Venda				
CCEE (*)	296.756	1.679	125.927	1.106
Ajustes	3.665	58	3.880	5
Subtotal	300.422	1.737	129.807	1.111
Total	300.422	1.737	129.807	1.111

(*) venda estimada referente aos meses de novembro e dezembro de 2008 e dezembro de 2007.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(2) Valores proporcionais a participação na Uptick

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela COSERN.

31. RESULTADO OPERACIONAL

	Ref.	Consolidado				
		2008			2007	
		Custos dos serviços de energia elétrica e prestados a terceiros	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Receita Operacional Líquida					46.337	43.632
Custos/Despesas Operacionais:						
Pessoal	(a)	(1.223)	(503)	(1.033)	(2.759)	(3.165)
Administradores				(62)	(62)	(82)
Entidade de previdência privada		(43)	(14)	(2)	(59)	(83)
Material		(294)	(12)	(20)	(326)	(335)
Serviços de terceiros		(963)	(591)	(1.148)	(2.702)	(2.876)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE		(109)	(19)		(128)	(115)
Taxa Fiscalização CVM				(13)	(13)	
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(20.659)			(20.659)	(15.072)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(3.872)			(3.872)	(2.598)
Depreciação e amortização	(d)	(1.885)	(22)	(1.161)	(3.068)	(3.284)
Arrendamentos e aluguéis			(5)	(17)	(22)	(20)
Tributos		(10)		(235)	(245)	(502)
Depósitos em garantia					-	(12)
Provisões líquidas - PCLD		(22)	9		(13)	(766)
Provisões para perda RTE			(109)		(109)	(291)
Provisões para perda Energia Livre			(67)		(67)	(558)
Provisões líquidas - Contingências				96	96	(54)
Outros	(e)	(58)	(114)	(645)	(817)	(612)
Total custos/despesas operacionais		(29.138)	(1.447)	(4.080)	(34.665)	(30.425)
Resultado Equivalência Patrimonial						2.174
Resultado do serviço					11.672	15.381
Resultado financeiro					1.560	(435)
Juros sobre capital próprio					(1.866)	(1.763)
Resultado Operacional					11.366	13.183

a. Custo e despesa de pessoal

	R\$ (2)	
	2008	2007
Remunerações	1.208	1.130
Encargos sociais	546	527
Auxílio alimentação	140	122
Convênio assistencial e outros benefícios	615	274
Incentivo à aposentadoria e PDV	(45)	193
Provisão férias e 13º salário	263	229
Plano de saúde	98	83
Indenização trabalhista	77	93
Participação nos resultados	416	600
Encerramento de ordens em curso		1
(-) Transferências para ordens	(559)	(87)
Total	2.759	3.165

b. Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	2008		2007	
	R\$ (2)	MWh (1)	R\$ (2)	MWh (1)
CHESF	5.297	1.314.414	4.569	1.249.947
CEEE	374	92.596	358	92.315
CESP	1.872	427.010	1.702	408.560
COPEL	1.328	329.370	1.229	320.334
DUKE	426	96.609	408	96.227
Eletronorte	1.376	326.266	1.258	310.906
EMAE	118	27.964	111	27.669
ENERGEST	148	33.325	98	26.359
CEMIG GERAÇÃO	811	173.839	721	162.688
FURNAS	5.318	1.241.505	5.046	1.230.514
LIGHT	418	117.604	400	117.248
TRACTBEL	7	1.512	7	1.508
CELG	4	618	4	616
UCE			25	6.599
Termoçu	2.001	269.284		
PETROBRÁS PIE - Termorio	599	74.408		
CCEE	364	22.018	47	-
Parcela A - Energia	(812)		367	24.044
Crédito PIS/ COFINS	(1.772)		(1.496)	-
PROINFA	529	66.393	337	-
ESS	851			
Outros	1.402	85.982	(121)	38.901
Total	20.659	4.697.717	15.072	4.114.435

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(2) Valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN

c. Encargos do uso do sistema de transmissão

	Consolidado	
	2008	2007
FURNAS	365	392
CTEPP	331	308
ELETRONORTE	222	202
CHESF	1.386	1.245
ELETROSUL	199	184
CEMIG	111	102
CEEE	89	84
NOVATRANS	103	95
TSN	94	87
AFLUENTE	9	7
COELBA		
COPEL	52	53
ONS	86	88
EATE	84	78
ENTE	43	42
NTE	30	28
EXPANSION	40	37
ATE	29	28
STN	35	33
CVA Encargos	(26)	(326)
Parcela de ajuste (transmissoras)	297	(225)
Crédito PIS / COFINS	(171)	(321)
Outros	464	377
Total	<u>3.872</u>	<u>2.598</u>

	Consolidado	
	2008	2007
FURNAS	365	392
CTEPP	331	308
ELETRONORTE	222	202
CHESF	1.386	1.245
ELETROSUL	199	184
CEMIG	111	102
CEEE	89	84
NOVATRANS	103	95
TSN	94	87
AFLUENTE	9	7
COELBA		
COPEL	52	53
ONS	86	88
EATE	84	78
ENTE	43	42
NTE	30	28
EXPANSION	40	37
ATE	29	28
STN	35	33
CVA Encargos	(26)	(326)
Parcela de ajuste (transmissoras)	297	(225)
Crédito PIS / COFINS	(171)	(321)
Outros	464	377
Total	<u>3.872</u>	<u>2.598</u>

d. Custo e despesa com depreciação e amortização

	Consolidado	
	2008	2007
Quota de depreciação e amortização no exercício	3.093	3.296
(-) Depreciação/amortização transferida para ordens em curso	(21)	(12)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(4)	
Depreciação/amortização residual no resultado	<u>3.068</u>	<u>3.284</u>

e. Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	2008	2007
Seguros	11	14
Doações e contribuições	126	81
Recuperação de despesa	(10)	(100)
Publicações e avisos de desligamentos	197	7
Órgãos de classe	44	42
Serviços de custódia	10	
Despesas de viagem	62	89
Consumo próprio de energia elétrica	3	3
Propaganda e publicidade	41	198
Processo cível	86	61
Processo fiscal		150
Multa ANEEL	25	(2)
Encerramento de ordem em curso		24
Outros	<u>62</u>	<u>45</u>
Total	<u>657</u>	<u>612</u>

32. OUTROS RESULTADOS

	Consolidado	
	2008	2007
Ganho na desativação/alienação de bens direitos	39	38
Perda na desativação de bens e direitos	(116)	(133)
Outras receitas (despesas) não operacionais	<u>11</u>	<u>19</u>
Total	<u>(66)</u>	<u>(76)</u>

33. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A COSERN possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2008 foi, em valores proporcionais a participação da Uptick, de R\$ 416 (2007, R\$ 600).

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A COSERN efetuou transações com partes relacionadas, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN:

Partes relacionadas	Natureza da operação	Ref	2008		2007	
			Passivo	Receita (despesa)	Passivo	Receita (despesa)
Amara Brasil	Administração de almoxarifado	(a)	6	(54)	3	(43)
NC Energia	Serviços de consultoria	(b)		(5)	1	(4)
	Total NC Energia			(5)	1	(4)
Afluente	Uso da rede		1	(9)	1	(7)
Neoenergia	Juros sobre capital próprio		394	(394)	368	(1.488)
	Dividendos		5.133		4.081	
	Total Neoenergia		5.527	(394)	4.449	(1.488)
Iberener	Juros sobre capital próprio		28	(33)	26	(125)
	Dividendos		284		301	
	Total Iberener		312	(33)	327	(125)
Previ	Juros sobre capital próprio		7	(7)	7	(27)
	Dividendos		62		66	
			69	(7)	73	(27)
NeoServ LTDA		(c)		(7)		
Termoaçu S.A.		(d)	509	(1.476)		

- (a) Amara Brasil - Contrato nº. 4600014967, vigência de 15 de setembro de 2008 até 14 de setembro de 2009, conforme Despacho ANEEL nº. 3.045, de 15 de agosto de 2008.
- (b) NC Energia - Contrato nº. 4600014436, vigência de 1º de abril de 2008 até 31 de março de 2009, conforme Despacho ANEEL nº. 1.596, de 22 de abril de 2008.
- (c) NeoServ Ltda. - Contrato nº. 4600012632, vigência de 8 de agosto de 2007 até 7 de agosto de 2010, conforme Despacho ANEEL nº. 3.509, de 30 de novembro de 2007.
- (d) Termoaçu S.A - Contrato nº. 4600015146, vigência de 1º de setembro de 2008 até 31 de agosto de 2028, conforme Despacho ANEEL nº. 1.828, de 13 de maio de 2008.

A remuneração total dos administradores da COSERN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi, em valores proporcionais a participação da Uptick, de R\$ 63 (R\$ 82 em 2007), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. Não houve rescisão nos exercícios de 2008 e 2007.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Atualmente a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e nem operações com derivativos.

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e títulos a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas.

- Debêntures – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	(Ativos) passivos – Consolidados			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	(789)	(789)	(737)	(737)
Aplicações financeiras	(1.396)	(1.396)	(3.031)	(3.031)
Títulos e valores mobiliários	(1.244)	(1.244)	(540)	(540)
Consumidores, concessionárias e permissionárias e				
Títulos a receber	(25.012)	(25.012)	(23.429)	(23.429)
Empréstimos e financiamentos	15.133	15.263	13.955	14.684
Debêntures	9.529	8.999	10.531	10.531

Fatores de risco:

Riscos financeiros

- Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da COSERN vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A COSERN não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo, análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 1 - Risco de Deterioração dos Encargos Financeiros				31/12/2008	
					R\$
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	494	533	571	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	92	126	160	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures					
BB-BNDES - Nr 94/00045-X	TJLP	(22)	(25)	(28)	
BNDES Emergencial	SELIC	(466)	(550)	(634)	
FINEP	TJLP	(18)	(20)	(23)	
BB-Eletro - Nr 94/00045-X	IGPM	(373)	(411)	(449)	
4ª Emissão Debêntures	CDI	(1.203)	(1.468)	(1.732)	
Derivativos					
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%	50%
		12,37	15,46	18,56	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em		25%	50%
TJLP %		6,25	7,81	9,38	
IGPM Nº índice		9,81	12,26	14,72	
CDI %		12,37	12,48	18,56	
SELIC %		12,48	15,60	18,72	

Quadro 2 - Risco de Deterioração das Receitas Financeiras				31/12/2008	
R\$					
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Aplicações financeiras	CDI	494	464	443	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	92	64	46	
PASSIVOS FINANCEIROS					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures					
4ª Emissão Debêntures	CDI	(1.203)	(992)	(851)	
Derivativos					
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%	
		12,37	9,90	8,25	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%	
CDI %		12,37	9,90	8,25	

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da COSERN revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da COSERN vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de Vencimento antecipado

A COSERN possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº.s 22 e 23).

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

36. COMPROMISSOS

Os compromissos da COSERN relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Contrato de compra de energia	Vigência						R\$
		2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
2011 a 2042		32.270	34.866	39.094	34.886	30.447	458.787

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2007, e foram homologados pela ANEEL.

37. PLANO BENEFICIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumulados desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido), eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, proporciona aos seus participantes benefícios de risco totalmente custeados pela Companhia, com cobertura para invalidez e morte. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da COSERN para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 5,62% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,56% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes, em valores proporcionais a participação da Uptick:

	FASERN	
	2008	2007
Custo do imobilizado em curso	12	
Despesas operacionais	59	83
Total	71	83

Deliberação CVM nº371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº01/01, referendada pela CVM por meio do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

O parecer atuarial da FASERN, emitido por atuário independente, considerando as situações econômico-financeiras das fundações, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº371/00:

Planos de Benefícios Definido	FASERN	
	2008	2007
Valor presente da obrigação atuarial com direitos já vencidos	(3.498)	(3.329)
Obrigação atuarial total com o plano	(3.498)	(3.329)
Valor justo dos ativos do plano	4.830	4.723
Valor presente da obrigação atuarial líquidas	1.332	1.394
Passivo/ (Ativo) líquido no balanço patrimonial	(1.299)	(1.171)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	33	223
Perdas atuariais não reconhecidas	33	223

Os superávits apresentados nos planos previdenciários de benefício definido da FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a COSERN. A realização e registro contábil dos superávits não têm previsão na legislação atual.

<u>Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido</u>	<u>FASERN</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	308	294
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(431)	(422)
Custos de amortizações		
Custo esperado para o ano de 2007/2006	<u>(123)</u>	<u>(128)</u>

<u>Principais premissas atuariais</u>	<u>FASERN</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,20%	9,20%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	N/A	N/A
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-49
Tábua de entrada de invalidez	N/A	N/A

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 378 (R\$ 328 em 2006).

38. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco, a data de vigência dos principais seguros, os valores assegurados e os prêmios proporcionais a participação da Uptick, de acordo com os corretores de seguros contratados pela COSERN está demonstrado a seguir:

Riscos (1)	Data final de vigência	Importância segurada	Prêmio anual pago	
			2008	2007
Veículos	31/12/2008	Valor de mercado	20	35
Riscos nomeados – Subestações e Usinas	31/12/2008	45.608	64	74
Riscos nomeados – Imóveis próprios e locados	31/12/2008	29.745	41	58
Responsabilidade Civil Geral – RC Operações	31/12/2008	2.000	56	71
Transporte	31/12/2008	1.289	101	2

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os seguros da Companhia são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguro vigente.

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados e subestações - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. O limite máximo a indenizar por evento é de R\$ 2.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados por meio das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos, coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas, e carro reserva durante sete dias em caso de sinistro ou roubo.

* * *